



Foto: André Dusek

Jobim (esq.) e Lins: "Caminhando bem".

PMDB e PFL conversam para votarem unidos alguns pontos

JORNAL DA TARDE

Como nos tempos da Aliança Democrática, PMDB e PFL voltarão a caminhar juntos — pelo menos nas próximas votações polêmicas do segundo turno da Constituinte. O PFL, particularmente, faz questão de fechar acordo com o PMDB em alguns pontos, já que será muito difícil negociar com as esquerdas. "O ideal seria sempre o acordo global.

Mas como há muitos pontos sobre os quais a unanimidade é impossível, um acordo nesse sentido é bem provável", dizia ontem o vice-líder do PFL, José Lins, que voltou a se reunir com as lideranças. "Estamos caminhando muito bem", garantia o líder do PMDB, Néelson Jobim.

Para voltar à mesa das negociações, contudo, o PFL quer discutir antes todos os artigos sobre aposentadoria e seguridade social, que o partido considera "excessivamente liberais e onerosos" para os contribuintes da Previdência. O PFL quer ainda suprimir o artigo que transfere 20% de qualquer arrecadação nova de impostos para os municípios, da mesma forma que o novo imposto municipal sobre a venda a varejo de combustíveis. Segundo as lideranças do PFL, a União já está excessivamente sobrecarregada com as mudanças tributárias, e os municípios ganharam novos tributos suficientes.

Mas há outros pontos importantes para o PFL — como a supressão do privilégio de vendas de produtos e serviços para o Estado somente para empresa de capital brasileiro e a proibição de comercialização do sangue e seus derivados. Outros itens, José Lins considera menores, mas admite que serão tratados: a votação em dois turnos para Estados e municípios e a criação de um dispositivo que permita a posse do senador Alexandre Costa (PFL-MA) no governo do Distrito Federal. De todos esses pontos, o único em que o acordo com o PMDB promete ser difícil diz respeito aos artigos sobre aposentadoria e seguridade social.

Nas negociações de ontem, sem a presença das esquerdas, todas as lideranças se reuniram na tentativa de fechar um acordo sobre a inelegibilidade de parentes e cônjuges do presidente, dos governadores e prefeitos. A questão, interrompida na semana passada, acabou pro-

vocando ontem a saída do PFL das discussões.

Caso seja fechado um acordo, o texto aprovado no primeiro turno seria retirado das Disposições Permanentes e, em seu lugar, colocado o texto da atual Constituição. Isto é, os parentes e cônjuges dos que detêm cargos executivos não podem disputar eleições, com uma única ressalva: se já tivessem mandato eletivo, poderiam disputar a reeleição. O texto do primeiro turno permite a eleição dos que já têm mandato eletivo para qualquer novo cargo. Esse texto poderia ir para as Disposições Transitórias, valendo somente para as próximas eleições municipais. José Lins aceita tal solução, mas prefere antes consultar o PFL.

Para acelerar os trabalhos desse segundo turno, um esforço concentrado foi convocado a partir da próxima terça-feira. Só dois parlamentares da bancada do PMDB não participarão: Nilso Sguarez e Antônio Câmara. Outros 189 deputados já confirmaram presença. Para convencer a todos da importância de estar presente, o presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, incumbiu os líderes dos partidos de passar o fim de semana convocando os liderados.

Promulgação

A data da promulgação da nova Carta ainda não está acertada. Mas o primeiro secretário da Constituinte, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), pretende transformar esse dia numa festa com a participação de todo o povo — "e não apenas um ato solene no prédio do Congresso". "A Constituição vai ser explicada a toda a Nação e, em todo o País, o dia da promulgação deverá ser comemorado da maneira mais significativa possível", imagina Cordeiro.

Cordeiro pretende armar uma campanha publicitária sobre a nova Carta, com anúncios na tevê e rádio, além de uma programação especial em cada Estado e município. Como lema, a campanha levará uma frase de Ulysses: "A Constituição é a carteira de identidade de um povo". E, conforme os planos de Cordeiro, deverá chegar ao povo "de forma pedagógica, com explicações claras de seus principais pontos e conquistas". "O cidadão tem que ser despertado para esse documento. A nova Carta deve ser conhecida para ser amada e respeitada."

Aut
X